

AS CARTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

Almir Grigorio dos Santos¹
Doutor em Língua Portuguesa (PUC-SP)

RESUMO

O tema deste trabalho são As Cartas de José de Anchieta e a História das Ideias Linguísticas. A pergunta que orienta o estudo é: quais as ideias e os posicionamentos do padre Anchieta sobre educação estão presentes em suas cartas? O trabalho tem como base teórica os estudos sobre a História das Ideias Linguísticas propostos por Auroux (1992) e Fávero e Molina (2006). Com base nesses estudos, fizemos a análise do *corpus*, cujos resultados mostram as ideias e os posicionamentos do padre José de Anchieta sobre o tema educação.

Palavras-chave: História das ideias linguísticas. Cartas de Anchieta. Companhia de Jesus. Educação no Brasil no século XVI.

Introdução

O objetivo do artigo é mostrar quais as ideias e os posicionamentos do padre Anchieta sobre educação estão presentes em suas Cartas. Nelas, verificamos as ideias e os posicionamentos do padre José de Anchieta sobre o tema educação.

A chegada dos missionários da Companhia de Jesus ao Brasil, no século XVI, marca o início do processo educacional brasileiro, pois eles vieram de Portugal com a missão de catequizar e ensinar os índios. Atendendo ao rei de Portugal Dom João III, que tinha intenção de expandir a dominação portuguesa, os jesuítas aceitaram viajar ao Brasil para concretizar esse projeto e aumentar a ação missionária.

Dentre esses missionários, estava Anchieta, que foi um dos que aceitou participar da missão para auxiliar na catequese – educação do povo indígena – e exerceu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos índios do Brasil daquele período. Considerado um pedagogo inovador, sabia que, para ensinar a língua portuguesa, era necessário primeiramente aprender o tupi, a fim de melhor comunicar-se. Na medida em que aprendia o idioma indígena e com ele se familiarizava, ensinava-lhes o do Rei. Anchieta não somente aprendeu a língua indígena como também escreveu uma gramática do tupi: “*Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*”, com o objetivo de facilitar o aprendizado.

¹ almir_grigorio@hotmail.com

As atividades desse missionário perduraram por quase meio século, quando passava os dias, de São Paulo ao Espírito Santo, pregando o evangelho aos índios, instruindo os convertidos, assistindo aos doentes e trabalhando na catequese e na instrução dos meninos. Essa educação pôde trazer contribuições originais em virtude de sua experiência pessoal e suas observações sobre a mentalidade mística dos índios (AZEVEDO, 2010, p. 544).

Frisa-se que a vinda dos padres jesuítas, em 1549, inaugura a primeira fase da história da educação no Brasil, certamente a mais importante, por suas consequências para nossa cultura e civilização.

Fernandes (1980, p. 13) salienta que, no Brasil, os jesuítas foram os vetores que transportaram o mais avançado sistema educativo do século XVI. Em 1599, com a finalidade de estabelecer uma unidade de orientação pedagógica e de atuação em todos os institutos de ensino, a Companhia de Jesus fez publicar a *Ratio Atque Instituto Studiorum Societatis Iesus*. Tratava-se de um documento básico que estabelecia todos os princípios sobre os quais se deveria orientar e assentar a organização de colégios, seminários e universidades.

Ainda de acordo com Fernandes (1980, p. 53):

A pedagogia inaciana tem por objetivo levar o educando ao perfeito equilíbrio no exercício de suas faculdades: que a inteligência procure a verdade; que a imaginação contribua poderosamente para exercitar as outras potências; que a vontade se robusteça a tal ponto que chegue a dominar as paixões inferiores e as sujeite ao império da razão. Que, enfim, tanto os inacianos, como aqueles que por eles forem educados venham a ser homens que saibam e possam vencer-se e tenham domínio completo sobre si mesmos. Todas essas diretrizes básicas, esse código extraordinário da pedagogia jesuítica é a *Ratio Studiorum*.

Além de ensinar o gentio, converter os infiéis era o objetivo principal da Companhia de Jesus. Para isso, seria necessário que os missionários estivessem dispostos a viajar para as diversas regiões do mundo, propagando a fé, criando um local de ensino e também acabando com a cultura dos povos encontrados ao longo das missões para tentar implantar a cultura do europeu. As etapas das missões foram registradas em cartas, muitas enviadas aos seus superiores. Essas correspondências eram de três tipos: edificante, de informação e a que relatava os problemas.

As cartas jesuíticas são herança material para que possamos, por meio da leitura, análise e interpretação, não só construir nosso conhecimento histórico, mas também compreender o porquê e de que forma se deram os acontecimentos passados, em particular, no Brasil do século XVI, o que justifica o interesse pela pesquisa.

Os jesuítas, por meio da escrita, informavam o andamento das missões aos superiores. Nada era deixado de lado; tudo era descrito de forma detalhada, uma vez que os superiores necessitavam dessas informações para dar continuidade ou não à missão. A maioria dessas cartas se perdeu e, ao consultarmos as obras que contêm as cartas de Anchieta, constatamos um lapso de tempo de cinco anos, verificado no período de 1565 a 1570. Entretanto, correspondências encontradas e guardadas em acervos de bibliotecas, além do conteúdo utilizado para a pesquisa, contêm aspectos que não serão objeto de análise deste trabalho: informações sobre a terra, comportamentos indígenas e as diversas espécies de animais aqui existentes.

Na missão no Brasil, Anchieta escrevia cartas, endereçadas a Portugal e Roma, com informações sobre os trabalhos aqui realizados, para a manutenção e continuação da obra missionária. Portanto, o autor deveria redigir sua correspondência de maneira clara e objetiva, expondo suas ideias, intenções, objetivos, dificuldades e facilidades relacionados à educação das crianças, além das impressões sobre os índios e a convivência com eles.

Segundo Serafim Leite, ao ler a correspondência, os padres ficavam animados e motivados a continuar a missão, porque constatavam que os demais missionários obtinham resultados positivos nas missões realizadas em outros lugares.

Sobre as cartas jesuíticas, Moreau (2003, p. 23-25) observa que, das de Nóbrega e Anchieta, se extraem inúmeros aspectos sociais e históricos da colonização: a chegada, o ideal da Companhia de Jesus, seu desempenho de agente colonizador – que estariam ligados à expansão do catolicismo após a Contrarreforma – as “chagas” da Colônia, os aldeamentos, as guerras contra os índios e sua escravização. Neste sentido, Nóbrega e Anchieta foram responsáveis por ampla documentação sobre a América portuguesa do século XVI. Suas anotações sobre os índios se inserem nos balanços sobre a conversão e colonização.

As informações contidas na correspondência eram valiosas para a continuidade do projeto; com elas, é possível identificar a lenta e gradual construção de procedimentos de catequização e conversão dos índios ao catolicismo, além do ensino da leitura e escrita ministrado às crianças indígenas, suas facilidades e dificuldades, já que, no primeiro momento, os índios eram contrários ao ensino ministrado pelos jesuítas às crianças. “As cartas sofreram censura. Muitas delas nem foram publicadas, e as que o foram também passaram por manipulação antes de serem enviadas à Europa” (SERAFIM LEITE, 1954).

História das Ideias Linguísticas

A História das Ideias Linguísticas aborda todo conhecimento linguístico produzido em um determinado momento, por um grupo de pessoas. De acordo com Auroux (1992, p. 16), “o saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante”. Um dos propósitos das pesquisas desenvolvidas por ele era o saber metalinguístico constituído ou em constituição.

Em suas palavras,

Esse saber metalinguístico pode ser de quatro tipos. Em princípio ele é de natureza especulativa, situado puramente no elemento da representação abstrata, ou de natureza prática, isto é, finalizado pela necessidade de adquirir um domínio, determinado por três tipos: a- o domínio da enunciação que entendemos como a capacidade de um locutor tornar sua fala adequada a uma finalidade dada a convencer, representar o real; b- o domínio das línguas falar e/ou compreender uma língua, quer se trate de língua materna ou de outras; c – o domínio da escrita. Os domínios dão lugar à constituição de técnicas que permitem a cada momento obter um resultado desejado; elas também dão lugar à formação de competências específicas. A história dos saberes linguísticos é feita justamente de seus desenvolvimentos, suas interações (AUROUX, 1992, p. 16-17):

Sobre a História das Ideias Linguísticas, Orlandi (2001, p. 16), assim escreve: “insistimos na abordagem discursiva que nos permite analisar os discursos sobre a língua, o que nos dá contribuições valiosas na consecução de nossos resultados e nos permite praticar as novas leituras de arquivo”.

Para Fávero (1996), “ao pesquisador da História das Ideias Linguísticas é natural que encontre ao longo de seu trabalho, dois problemas: o acesso à documentação e o ponto de vista a ser adotado”.

Ainda de acordo a autora,

O trabalho é, assim, fruto de uma longa convivência com vetustas bibliotecas, arquivos, microfimes, manuscritos, obras raras, tendo muitas vezes por companheiras as traças (e outros bichos) e, deve-se dizer, nem sempre foi fácil. À dificuldade de acesso ao material soma-se mais uma: a intransponível distância espaço-temporal entre o cenário em que viveram as personagens que produziram as obras que constituem o objeto de estudo do trabalho e contexto em que se produz o mesmo trabalho. Quanto ao ponto de vista a ser adotado, ele se torna especialmente relevante devido a diversidade que o campo permite. Na visão de Swiggers (1992^a) “dois enfoques podem ser distinguidos: A - o que privilegia a história interna do pensamento linguístico, valorizando o estudo da evolução das correntes linguísticas; B – o que privilegia a história externa do pensamento linguístico, num estudo do contexto sócio-cultural no qual as ideias se desenvolveram”. Uma

combinação de ambos parece oferecer as melhores perspectivas (FÁVERO, 1996, p. 16).

Fávero e Molina (2004, p. 144) asseveram que:

O estudioso da História das Ideias Linguísticas, mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual.

Além de localizar a fonte, analisá-la no contexto em que foi elaborada e pensada, é preciso desenvolver outro trabalho com essas fontes, dar outro tratamento a cada uma delas, conforme afirma White (1992, apud FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 142):

Ao pesquisador cabe recolher os fios que constituem o saber em estudo, identificá-los, esticá-los para atá-los às diferentes áreas do contexto. Depois disso, esses fios deverão ser estendidos para trás no tempo, a fim de determinar as origens do evento, e para frente no tempo, a fim de determinar seu impacto e influência sobre os eventos subsequentes. Essa operação termina no ponto em que os fios convergem para provocar a ocorrência de algum novo evento.

Ainda conforme as autoras,

Fazer a História das Ideias Linguísticas é fazer a história de “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita”. (*idem*, p. 24). Considerando os pressupostos da História Nova Cultural, propõe-se pensar a história como representação, ou seja, “como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse” (FÁVERO; MOLINA, 2006).

Para desenvolver um estudo, tendo como base teórica a História das Ideias Linguísticas, é necessário que o pesquisador trabalhe com muitas fontes. Ou seja, é um trabalho difícil e complexo, pois encontrará muitas dificuldades, durante o desenvolvimento de sua pesquisa: a exaustividade, busca de fontes e estudo da documentação.

Nesse ponto, indicam as autoras,

A exaustividade: o historiador, de acordo com Kuhn (*op.cit.*: 71), nunca apreende conceitos, leis e teorias, de forma abstrata. Pelo contrário, esses são percebidos numa unidade histórica anterior, onde são representados e podem ser recuperados e analisados. A busca de fontes: empreitada extremamente perigosa, por vários motivos, especialmente pela dificuldade de acesso à documentação. O estudo da documentação: no tocante à análise material, deve-se considerar: em primeiro lugar, que o documento, já afirma Saliba (1992, 35), passa a ser entendido não mais [como] este dispositivo escrito, sacralizado, este resto de passado, não mais este monumento forjado pelas

sociedades e pelo poder, mas, o documento produto do passado, produzido pela sociedade (...) devendo ser interpretado, portanto, no seio em que foi criado (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 26-28).

Ainda para as autoras,

A recuperação e análise desse contexto, levando-se em conta que o historiador da linguagem é um homem de hoje, que deverá inserir-se no ontem, contemplando, de longe, aquela sociedade retratada, empenhando-se em recriar aquele clima histórico e, para finalizar, devemos considerar também os homens, isto é, as personagens que produziram as obras em análise, já que mediadores, entre o objeto e a cultura de seu tempo (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 28).

Ainda conforme Fávero e Molina (2006, p. 26-28), frente a tal diversidade, ao pesquisador da História das Ideias Linguísticas, cabe, antes de tudo, a tarefa principal de fazer o levantamento do maior número possível de fontes para sua análise.

Cartas jesuíticas

As cartas jesuíticas eram lidas por público variado. Diante da quantidade de pessoas que tinham acesso a esses documentos, em 1541 o padre Inácio de Loyola percebeu a necessidade de criar dois tipos de cartas: *bijuela* e edificante, a fim de controlar a informação tornada pública.

A *bijuela* era o documento em que os jesuítas escreviam somente os problemas das missões e circulava geralmente dentro da Companhia de Jesus. Já as *cartas edificantes* ou *relatos* poderiam circular fora da ordem. Os padres jesuítas eram obrigados a manter correspondência constante com seus superiores, pois havia, como em toda empresa, a necessidade de supervisão das atividades; mesmo não estando no local, os superiores tinham o direito, de uma forma ou de outra, de supervisionar os trabalhos realizados por seus subordinados.

Segundo Eisenberg (2000, p. 49),

A instituição epistolar era a espinha dorsal da empresa missionária jesuítica no século XVI. Esse era o meio de comunicação institucional da ordem, contendo todos os relatos dos acontecimentos nas casas jesuíticas e as notícias da colônia em geral. Mesmo silêncios e omissões nas cartas contam algo a respeito da atividade jesuítica, aquilo que não deveria ser dito ou que precisava ser ocultado. Através das cartas, os missionários prestavam contas e pediam auxílio para o aperfeiçoamento de seu ministério.

As cartas jesuíticas não eram simplesmente um papel com alguns temas narrados pelos seus escritores, mas deveriam ser escritas com o máximo de cautela e cuidado, como podemos verificar em um texto escrito por Eisenberg (2000), em referência a Juan Polanco, membro da Companhia de Jesus:

Em 1547, o secretário perene da ordem, p. Juan Polanco, expediu uma longa circular para todos os membros explicando as vinte razões pelas quais os jesuítas deveriam manter uma correspondência diligente. Suas razões podem ser classificadas em três grupos: (1) a redação de cartas contribuía para o bem interno da Companhia porque promovia a união dos corações dos irmãos e ajudava o governo da ordem; (2) a correspondência produzia o bem externo da Companhia pois ajudava a atrair novos membros e permitia que pessoas de fora da instituição pudessem saber de seu trabalho e contribuir com ele de alguma maneira; e (3) a redação das cartas promovia o bem privado do correspondente, pois o conhecimento das atividades dos outros membros tornava a vocação mais sólida e o ministério mais humilde e diligente (EISENBERG, 2000, p. 49-50).

A continuidade da missão dependia das cartas. Como era o único meio de comunicação nesse período, basicamente todas as decisões eram tomadas, após sua leitura, que às vezes era feita em voz alta para um grupo de pessoas, até altas horas da noite. Por meio desses documentos, os jesuítas se comunicavam com os que estavam distantes, informando, consultando, opinando, discordando e obedecendo às ordens. Esses documentos eram enviados do Brasil para Portugal ou Roma e, após a leitura, o Rei decidia o que devia ser feito para a continuidade da missão.

Londoño (2002, p. 18) faz a seguinte observação:

Os superiores, os provinciais e o governo geral precisavam de informações e notícias para tomar decisões relativas ao envio de padres, à abertura de residências, nomeações de superiores, procurava auxílio de nobres e poderosos, e em muitos casos, correção de desvios e abusos. Sobre isto era urgente escrever, mas de forma separada, estabelecendo a diferença entre o produzido para mostrar e edificar e as novidades do complexo cotidiano das casas, evitado de sentimentos que deveriam permanecer reservados aos superiores e interessados.

Quando os jesuítas recebiam as cartas com as respostas e sugestões dos superiores, começavam a agir de acordo com o que estava prescrito. Em seguida, enviavam novas cartas relatando os sucessos da missão e fazendo mais solicitações. Por meio desses documentos, os provinciais, reitores de colégios e o governador geral comunicavam suas decisões, envios e destinos aos servos distantes. A carta era um meio pelo qual se faziam negociações.

A correspondência exercia um papel fundamental no governo e na administração da Ordem, evidenciando que não se tratava de textos “de autor”, com liberdade de escrita, mas textos de “comando”, composto por dever de escritura da instituição jesuítica. Ao lado dessa documentação administrativa – constituída por cartas entre Roma e as províncias, atas e congregações provinciais, catálogos e ânuas -, existia outra produção de textos que se caracterizava por uma dimensão de certa forma “pública” como “belas-letas”. Eram documentos destinados à circulação mais ampla, de escritura meticulosa, e que incluíam tratados descritivos dos povos, fauna e flora, narrativas de viagem, discursos históricos, as vidas, além das próprias cartas, especialmente as ânuas (CERELLO, 2007, p. 40).

Além dos negócios comerciais realizados por meio das cartas, segundo Serafim Leite, a união entre os padres da Companhia de Jesus também se fazia em razão delas, pois, corriam o mundo para informar, manter a unidade da companhia, compartilhar a fé e atualizar a missão apostólica.

Quanto mais bem-feita, mais fazia com que escritor e leitor aumentassem sua fé, contaminados pelo mesmo fervor. Esses documentos tinham também uma relação de diálogo, uma conversa entre o escritor e seu leitor, levando-lhe informações sobre o desenvolvimento da missão. Posteriormente, a correspondência jesuítica adquiriu um caráter de negociação, pedido de elementos para que fosse possível dar continuidade à missão.

Quando os padres e irmãos começaram a se comunicar por cartas desde as mais variadas partes do globo, este espírito inundava sua escrita nas expressões, nos assuntos e episódios referidos. Ao escrever sobre sua missão, os jesuítas o faziam utilizando um registro ou tom inspirado na subjetividade de sua vivência do carisma inaciano (LONDOÑO, 2002, p. 13).

Por meio da leitura e interpretação das cartas, é possível identificar a lenta e gradual construção de procedimentos de catequização e a conversão dos nativos ao catolicismo. Percebermos o processo de ensino da leitura e escrita ministrado às crianças, bem como as dificuldades encontradas pelos padres da Companhia de Jesus, já que, no primeiro momento, os pais delas eram contrários ao ensino ministrado pelos jesuítas.

Outra informação relevante que devemos considerar é que as cartas, quando enviadas para a Europa, sofriam censura, pois, algumas eram escritas para um público amplo, outras para um grupo específico. Muitas delas nem foram publicadas, e as que o foram também passaram por manipulação da própria Companhia de Jesus. Como afirma Serafim Leite (1954, p.56), “a correspondência, tanto ativa como passiva, era animada sempre pelos Padres Gerais”.

“A correspondência exercia papel fundamental no governo e na administração da Ordem, não se tratava de textos ‘de autor’, com liberdade de escrita, mas ‘de comando’, era dever de escritura da instituição jesuítica” (CERELLO, 2007, p.40).

As cartas jesuíticas abordaram vários assuntos, pois os autores pretendiam fazer com que seus leitores soubessem de tudo o que acontecia na missão. Elas tinham duas funções: a primeira era a de fornecer informações sobre o andamento da ação missionária, tratando de negócios interiores e exteriores da Companhia; a segunda era a de propagar e reforçar, na Companhia, o controle, a piedade e a obediência de seus missionários. Apesar da distância das missões, a leitura das cartas dava novo ânimo à missão. Por meio delas, os missionários fortaleciam sua fé.

Análise do corpus

Desde sua fundação, a Companhia de Jesus deu muita importância ao ensino. Para os missionários da Ordem, era mais do que necessário ensinar a doutrina cristã, leitura e escrita, como observamos mais adiante. Ressalte-se que mantivemos a grafia original das obras mencionadas.

Segundo Fávero (2000, p. 88),

A educação na colônia estava vinculada à política colonizadora de Portugal cujo objetivo era a obtenção do lucro e, se nas diretrizes básicas estava citada expressamente a população indígena (para catequese e instrução), a vinda de pessoas da pequena nobreza para organizar a “empresa” exigia que se incluíssem, na empreitada a que se propuseram os jesuítas, os filhos dos colonos, já que recebiam subsídios para fundar colégios.

Continua a autora (2000, p. 89-90):

Os jesuítas mostraram, desde logo, muito empenho no ensino das primeiras letras, talvez por perceberem que o trabalho de catequese não podia prescindir do ensino de leitura e da escrita. Responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos, procurando transformá-los em cristãos, acenando-lhes com o céu por prêmio, ou, com o inferno, aos que se recusassem. Procuravam atrair primeiro as crianças, pondo-as em contato com crianças órfãs vindas de Portugal, aprendiam sua língua e a ensinavam nos colégios.

Quando Anchieta chegou ao Brasil, auxiliou o padre Manuel da Nóbrega no trabalho missionário e também na educação, valorizando o ensino da doutrina, aliado ao da leitura e

escrita. Além disso, ensinou as orações aos nativos, na língua do gentio e em português, o que para o período era sinal de avanço, como verificaremos nos trechos da correspondência.

Anchieta tinha a percepção de que, para catequizar aquele povo, seria necessário, em primeiro lugar, aprender a língua do indígena para depois ensinar o português, a língua do colonizador. O padre ministrava suas aulas aos meninos em qualquer lugar. Ensinar às crianças fazia parte do plano de ensino de Nóbrega e também do processo de aculturação sofrido pelo povo indígena brasileiro, pois, dessa maneira, as crianças não adquiririam os costumes de seus pais, mas sim, os do povo branco.

Anchieta, em muitas de suas cartas, relata que dava preferência ao ensino das crianças, já que elas não tinham os costumes de seus pais, já que estavam em fase de desenvolvimento.

De acordo com Fávero (2016, p. 707),

Os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos, procurando transformá-los em cristãos, acenando-lhes com o céu por prêmio, ou com o inferno aos que se recusassem. Procuravam atrair primeiro as crianças: pondo-as em contato com crianças órfãs de Portugal, aprendiam sua língua e a ensinavam nos colégios.

Selecionamos, como *corpus* para nossa análise, cartas escritas pelo padre José de Anchieta, presentes nas seguintes obras:

1. “*Cartas: Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre José de Anchieta*” publicada pela Academia Brasileira de Letras no ano de 1933.
2. “*Cartas: Correspondência Ativa e Passiva*” publicado pela Editora Loyola no ano de 1984.

A seguir, apresentamos trechos de cartas escritas por Anchieta que mostram o ensino às crianças:

- 1) Prega o mesmo irmão e ocupa-se com o ensino dos meninos. Ao irmão [segundo cremos] se entregou a doutrina dos meninos nos rudimentos da fé e o que diz respeito ao estudo dos elementos e à escrita. **(Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554, de Piratininga p. 34).**

Na mesma carta, Anchieta novamente relata o ensino ministrado aos filhos dos índios, e não aos adultos: “ajuntaram de diversas partes muitos dos filhos dos Índios, e os instruíam otimamente nos rudimentos da fé cristã, no estudo dos elementos e no escrever”. Tanto o

padre Manuel da Nóbrega, quanto José de Anchieta se importavam com o ensino ministrado aos curumins, ou seja, pelo fato de fazerem parte da Companhia de Jesus, pensavam da mesma forma, e a mentalidade era a mesma.

Observamos que o autor, no fragmento (2), cita o ajuntamento das crianças: “Todos estes, residiam com os Portugueses em São Vicente, onde ajuntaram de diversas partes muitos dos filhos dos Índios, e os instruía otimamente nos rudimentos da fé cristã, no estudo dos elementos e no escrever”, questão fundamental para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, em qualquer nível escolar. De acordo com Moreau (2003), o projeto da Companhia de Jesus para os índios se resume nos aldeamentos, como mostramos a seguir:

- 2) Aqui foram recebidos na Companhia o Irmão Pero Corrêa, dos principais deste reino e grande sabedor da língua do Índios, que nos trouxe valioso auxílio para a conversão dos infiéis, não só pela muita autoridade, que tem entre eles, como pelo exatíssimo conhecimento da língua; os Irmãos Antônio Rodrigues, Manuel de Chaves, Fabiano, Antônio, todos intérpretes dos Índios; Mateus Nogueira, João de Sousa e Gonçalo Antônio. Todos estes, residiam com os Portugueses em São Vicente, onde ajuntaram de diversas partes muitos dos filhos dos Índios, e os instruía otimamente nos rudimentos da fé cristã, no estudo dos elementos e no escrever (**Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554, de Piratininga p. 38**).

Segundo Faria (2005), com o ensino dos rudimentos da fé, havia a instrução sobre as primeiras letras e a escrita. Esses eram os três conteúdos básicos ensinados nessas escolas. Os alunos gostavam das aulas, como podemos observar no fragmento seguinte:

- 3) Os meninos que frequentam a escola, cujo ânimo não se abala expostos ao vento e ao frio, agora também, aquecendo-se ao calor da fogueira, em paupérrima e antiquíssima, porém, decerto, feliz cabanazinha, vemos que se aplicam à lição. (**Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554, de Piratininga, p. 43**).

Nesse trecho, percebemos que o autor se anima com a disposição que os alunos demonstram ter, pois frequentavam as aulas, mesmo diante de adversidades que talvez fossem motivo para não as frequentar. Essa pró-atividade fazia com que os Jesuítas ficassem muito animados e motivados para dar continuidade ao plano missionário de catequização e colonização.

No trecho (4), observamos que Anchieta, mais uma vez, escreve sobre a importância e o cuidado que se deve ter ao ensinar às crianças:

- 4) Guarda-se a mesma ordem de doutrina dantes aqui e em Jaraibatiba e peculiar cuidado acerca da instituição dos meninos, dos quais alguns

perseveram. Assim que insistimos com os contínuos sermões aqui e em outros lugares ao derredor; agora é ido o Padre Luiz da Grã ao mar a ensinar os escravos de Portugueses e pregar aos senhores, aonde sem cessar os ensina, colhendo muito fruto das confissões... (**Quadrimestre de Setembro até o Fim de Dezembro de 1556, de Piratininga, Abril de 1557, p. 97**).

Além de ensinar a doutrina, leitura e escrita, o padre trata da questão do ajuntamento dos meninos filhos de índios; aborda também a aprendizagem em duas línguas, pois, aprendem as orações em português e em sua própria língua. Por fim, o autor afirma que se deve “*ensinar a lição em qualquer lugar*”.

Constatamos também que o missionário valorizava a mistura de alunos do Brasil e de Portugal e trabalhava para isso. Desse modo, um aprende a cultura do outro, de maneira voluntária. No caso dos índios, essa troca foi forçada, bem como o ensino de língua portuguesa; tudo isto para que o plano de aculturação obtivesse êxito e fosse um sucesso.

Entretanto, observamos que Anchieta mostrou ter visão inovadora para a época, uma vez que sugere a troca de culturas. Os índios tinham cultura, da mesma forma que o branco, mas, para que a colonização funcionasse, era necessário que houvesse a troca, como observamos no trecho seguinte:

- 5) E assim mesmo se se fizessem aqui casas da Companhia seria bom, que fizéssemos troca com os Irmãos do Colégio de Coimbra, de maneira que nos mandassem para cá os indispostos de lá, desde que tenham propensão à virtude, os quais aqui se curariam com os trabalhos e bondade da terra, como temos experimentado nos enfermos que de lá vieram, e aprenderiam a língua dos Índios; e de cá lhes enviaríamos destes mestiços, dos quais alguns, que tivessem qualidades para Irmãos, recolhessem nos Colégios e os que não, pusessem nas casas dos órfãos como agora se faz a alguns deles e isto é grande serviço de Deus, porque estes [como tenho dito] se são ruins destroem o edificado. (**Ao Padre Mestre Inácio de Loiola, Preposito Geral da Companhia de Jesus, de Piratininga, Julho de 1554, p. 68**).

Tamanha era a empreitada, que seria necessário o maior número possível de pessoas para ajudar na conversão, principalmente intérpretes. Os jesuítas necessitavam de pessoas que soubessem a língua indígena para tal finalidade. Nesse sentido, Anchieta escreve que recolheu garotos órfãos, de Portugal e do Brasil, e que essas crianças seriam seus intérpretes, auxiliando na conversão do gentio, conforme verificaremos no trecho (6):

- 6) Todo este tempo que havemos estado aqui, nos mandaram de Portugal alguns meninos órfãos, aos quais tivemos e temos conosco, sustentando-os com muito trabalho e dificuldade. Isso nos moveu a que recolhêssemos aqui também alguns órfãos, principalmente dos mestiços da terra, assim para os amparar e ensinar, porque é a mais perdida gente

desta terra. E alguns piores que os mesmos Índios e temos que é tão importante ganhar um destes como ganhar um Índio, porque neles está muita parte da edificação ou destruição da terra, como também porque são línguas e intérpretes para nos ajudar na conversão do gentio. (**Carta do Irmão José de Anchieta a Santo Inácio de Loiola, Piratininga, julho de 1554, p. 55**).

Ensinar o Português, como já dissemos, fazia parte do plano pedagógico de Nóbrega. Para este missionário, que veio ao Brasil a serviço do rei de Portugal, era necessário ensinar a língua do rei, conforme se fazia em todas as populações que passaram pelo processo de colonização. Entretanto, a ideia de ensinar as duas línguas, a do colonizador e a do colonizado, talvez, tenha surgido com Anchieta, porque não está presente no plano educacional de Nóbrega, nem na *Ratio Studiorum*.

Para a época, foi uma decisão inovadora e fundamental para a continuação da missão, pois, sabendo duas línguas, o indígena podia ser um intérprete e auxiliar no processo de catequização e colonização, Anchieta expressa seu interesse, opinião e posicionamento, mostrando como, as ideias se desenvolviam nesse contexto:

- 7) Nesta aldeia, cento e trinta de todo sexo e idade foram chamados para o catequismo e trinta e seis para o batismo, os quais são todos os dias instruídos na doutrina, repetindo as orações em português e na própria língua. (**Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554, de Piratininga p. 39**).

O ensino de leitura e escrita sempre esteve presente na vida dos jesuítas, haja vista sua formação humanística. Sendo assim, o ensino de leitura e escrita estaria presente em seus métodos pedagógicos de ensino, como observamos no trecho a seguir:

- 8) Temos uma grande escola de meninos Índios, bem instruídos em leitura, escrita e em bons costumes, os quais abominam os usos de seus progenitores. São eles a consolação nossa, bem que seus pais já pareçam mui diferentes nos costumes dos de outras terras; pois não matam, não comem os inimigos, nem bebem de maneira porque dantes o faziam. Ocupamo-nos aqui em doutrinar este povo, não tanto por este, mas pelo fruto que esperamos de outros, para os quais temos aqui abertas as portas. (**De São Vicente, a 15 de Março de 1555, p. 79**).

Em (8), Anchieta informa aos seus superiores que há, no Brasil, em 1555 “uma grande escola de meninos, filhos de Índios, ensinados já a ler e escrever, e aborrecem muito os costumes de seus pais”. Os jesuítas chegaram ao Brasil, em 1549. Seis anos depois, construíram uma grande escola, com meninos que sabiam ler e escrever, ou seja, trabalharam muito para o desenvolvimento da missão.

No trecho (9), o autor escreve sobre sua intenção com o gentio: catequizá-lo. Anchieta queria ensinar não só os índios, mas qualquer um que fosse viver segundo os preceitos da vida religiosa:

- 9) Prosseguindo, pois, o meu propósito, procedem os índios na doutrina da Fé, e em lugar dos catecúmenos, que de Piratininga se foram, vieram outros de diversos lugares, que se vieram unir segundo a vida Cristã, fizeram casas de táipa para sempre morarem, para os quais deu grande ajuda o Padre Afonso Braz com incansável trabalho. **(Ao Padre Geral, de São Vicente, a 1 de Junho de 1560, p. 151).**

Em (10), Anchieta informa que está feliz e que ensina a lição de gramática no campo, ou seja, em qualquer lugar:

- 10) Esperamos em a infinita misericórdia de Cristo Nosso Senhor que assim por os que cá estão; como por os que a santa obediência enviará, se porá remédio à cegueira em que estão tantas nações de Índios, e creiam, caríssimos Irmãos, que ainda que em estas partes há faltas das cousas exteriores, que Nosso Senhor, a quem as quer assim, por seu amor dá muita alegria interior, o que se vê bem aqui, que desde Janeiro até agora estamos, sendo algumas vezes 20 pessoas, em uma casa feita de madeira e palha, a qual terá de comprido 14 passos e 10 de largo, que nos serve de escola dormitório e refeitório, enfermaria e cozinha e despensa e com recordar-nos que N. Senhor Jesus Cristo nasceu em um pobre presepe, entre dois animais e morreu em outro lugar mui mais estreito, estamos mui contentes nela e muitas vezes lemos a lição de gramática no campo. **(Aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, de Piratininga, p. 73).**

Conclusão

O artigo teve por objetivo mostrar quais as ideias e os posicionamentos do padre Anchieta sobre educação estão presentes em suas cartas. Selecionamos trechos de algumas cartas escritas por ele, a fim de aplicarmos a teoria abordada, exemplificando com trechos das correspondências.

Para fundamentar a análise, elencamos os conceitos defendidos nos estudos sobre a História das Ideias Linguísticas propostos por Aurox (1992) e Fávero e Molina (2006). As autoras asseveram que fazer a história das ideias linguísticas é fazer a história de “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita”. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 24). Considerando os pressupostos da História Nova Cultural, a história é representação, ou seja, “como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que

compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse”. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 23). Assim, pudemos observar, por meio da análise e do referencial conceitual utilizado, as ideias, os posicionamentos sobre educação do autor nas cartas, pois o objetivo primordial dos padres da companhia de Jesus era manter a continuidade da missão e, para isso, deveriam mostrar aos superiores que ela estava progredindo, dando mais resultados positivos do que negativos.

Nesse sentido, obtivemos êxito ao mostrar as ideias, os posicionamentos sobre educação do autor nas cartas, com o objetivo de convencer o leitor de algo, fazendo uso do léxico apropriado para produzir o efeito esperado. Nos dizeres de Fávero e Molina (2006, p. 23), verificamos “como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse”.

Relativamente à História das Ideias Linguísticas, as autoras asseveram que:

O estudioso da História das Ideias Linguísticas, mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual (FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 144).

Ao fim, estamos certos de que as ideias e os posicionamentos do padre Anchieta sobre educação estão presentes nas cartas escritas pelos jesuítas no Brasil do século XVI como elementos que auxiliam o entendimento das situações vividas pelos padres, fundamentais para a continuidade da missão no local.

Referências

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANCHIETA, José de. *Cartas – correspondência ativa e passiva*. São Paulo: Editora Loyola, 1984.

ANCHIETA, José de. *Minhas Cartas*. São Paulo: Editora Luciana Fleury, 2004.

AUROUX, Silvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 7.ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

CERELLO, Adriana G. *O Livro nos Textos Jesuíticos do Século XVI: Edição, Produção e Circulação de Livros nas Cartas dos Jesuítas na América Portuguesa (1549-1563)*. 2007. 143p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: Encontros Culturais, Aventuras Teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FARIA, Marcos R. de. *As Representações de Escola, Ensino e Aluno Nas Cartas de Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Antonio Blázquez (1549-1584)*. 2005. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

FÁVERO, Leonor L. A Construção de Nossa Saber Escolar – O Ensino primário no Império e nos Primeiros Anos da República. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 23, n.3, p. 703-728, 2016.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia A. G. *As Concepções Linguísticas no Século XIX: A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia A. G. História das Ideias Linguísticas: Origem, Métodos e Limitações. *Revista ANPOLL*, n. 16. São Paulo, 2004.

FÁVERO, Leonor L. Heranças – A Educação no Brasil Colônia. *Revista ANPOLL*, n. 8. São Paulo, p. 87-102, 2000.

FÁVERO, Leonor L. *As Concepções Linguísticas no Século XVIII: A Gramática Portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FERNANDES, Francisco de A. M. *A Comunicação na Pedagogia dos Jesuítas na Era Colonial*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

HANSEN, João A. *Cartas do Brasil: 1626-1697 - Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã Pará – Padre Antonio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2003.

HANSEN, João A. O Nu e a Luz: Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil – Nóbrega (1549-1558). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.38, p. 87-119, 1995.

LEITE, Serafim S. I. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Vol. 1. (1538-1553). Comissão do Quarto Centenário de São Paulo. 1954.

LEITE, Serafim S. I. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Vol. 2. (1553-1558). Comissão do Quarto Centenário de São Paulo. 1954.

LEITE, Serafim S. I. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Vol. 3. (1558-1563). Comissão do Quarto Centenário de São Paulo. 1954.

LONDOÑO, Fernando T. Escrevendo Cartas Jesuíticas, Escrita e Missão no Século XVI. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 33, p. 11-32, 2002.

MOUREAU, Filipe E. *Os Índios nas Cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Annablume, 2003.

ORLANDI, Eni P. *História das Ideias Linguísticas no Brasil: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes; MT: Unemat Editora, 2001.

SALINO, Emerson. *O Século XIX Abre as Portas para a Educação: O Ensino de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II*. 2012. 110 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

THE JOSÉ DE ANCHIETA LETTERS AND THE HISTORY OF LINGUISTIC IDEAS

ABSTRACT

The subject of this paper they are The José de Anchieta and the Letters and the History of Linguistic Ideas. The request that guides the research is: what are the ideas and the positioning of Anchieta priest, concerning education existing in your letters? The research is theoretically basead on studies on the History of Linguistic Ideas proposed by Auroux (1992) and Fávero & Molina (2006). Based on this research concerning the History of Linguistic Ideas, we acted the corpus analysis, whose results showing the ideas and the José de Anchieta priest positioning regarding the education theme.

Keywords: History of Linguistic Ideas, Anchieta Letters, Jesus Company, Education in Brazil in the century XVI.